

# PRINCÍPIOS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO E OS DESAFIOS DA SUA APLICAÇÃO NOS TÍTULOS DIGITAIS

Autor(res)

Valdirene Alves De Souza

Categoria do Trabalho

1

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

## Introdução

Os títulos de crédito são instrumentos fundamentais nas relações comerciais, representando obrigações pecuniárias que facilitam a circulação de riqueza. Tradicionalmente, esses títulos são regidos pelos princípios da literalidade, cartularidade e autonomia, que asseguram sua eficácia e segurança jurídica. No entanto, com o advento da tecnologia e a crescente digitalização das relações comerciais, surge a necessidade de adaptar esses princípios ao novo contexto. Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios impostos pela digitalização dos títulos de crédito, à luz da obra Direito Digital e Processo Eletrônico de Tarcísio Teixeira, identificando as implicações jurídicas e as possíveis soluções para a efetivação desses instrumentos no ambiente digital.

## Objetivo

Analisar os princípios fundamentais que regem os títulos de crédito tradicionais e discutir os desafios jurídicos e práticos relacionados à sua aplicação no contexto digital, com base no estudo do capítulo específico do livro Direito Digital, de Tarcísio Teixeira, e em fontes doutrinárias complementares disponíveis na internet. Busca-se compreender como a tecnologia influencia a segurança jurídica, a circulação e a validade desses instrumentos, especialmente diante da ausência de regulamentação específica para títulos eletrônicos.

### Material e Métodos

A metodologia adotada neste trabalho foi predominantemente bibliográfica e qualitativa, com enfoque na análise teórico-doutrinária. A base principal da pesquisa foi o capítulo "Títulos de Crédito" do livro Direito Digital e Processo Eletrônico, de Tarcísio Teixeira (2022), além do artigo acadêmico do mesmo autor intitulado A duplicata virtual e o boleto bancário – efeitos da informática sobre os títulos de crédito (2014). O estudo foi complementado por publicações especializadas disponíveis em repositórios digitais como Jusbrasil e Jus Navigandi, destacando-se o artigo de César Oliveira Ribeiro, Títulos de crédito virtuais: existência e validade (2018). O método utilizado foi o dedutivo, partindo-se da conceituação clássica dos títulos de crédito e seus princípios estruturantes para, então, refletir sobre os impactos das tecnologias digitais na sua aplicação. A pesquisa buscou compreender como os fundamentos tradicionais, tais como a cartularidade, a literalidade, a autonomia e a abstração, têm sido reinterpretados frente à crescente digitalização dos documentos e à ausência de regulamentação específica. Também foi avaliado o posicionamento doutrinário atual sobre a validade e a circulação de títulos eletrônicos, além



das limitações práticas enfrentadas pela jurisprudência em relação à segurança jurídica nesse novo contexto.

#### Resultados e Discussão

A análise do capítulo dedicado aos títulos de crédito no livro Direito Digital, de Tarcísio Teixeira, evidencia que os princípios clássicos – cartularidade, literalidade, autonomia e abstração – enfrentam severos desafios de aplicabilidade diante da digitalização dos instrumentos de crédito. A cartularidade, por exemplo, torna-se obsoleta quando a posse física do título deixa de existir, exigindo interpretações jurídicas mais flexíveis ou a reformulação do princípio. A literalidade também se fragiliza com a possibilidade de edição digital e vulnerabilidades tecnológicas que podem comprometer a integridade do documento.

A doutrina aponta que a transição dos títulos em papel para os títulos eletrônicos não está acompanhada de uma legislação suficientemente clara e robusta, gerando insegurança jurídica tanto para credores quanto para devedores. Apesar da previsão de títulos eletrônicos em setores como o agronegócio e os registros públicos, ainda é incipiente a consolidação de normas gerais que deem plena validade aos títulos de crédito digitais.

A pesquisa também identificou que a jurisprudência ainda é escassa e conservadora quanto à aceitação de títulos exclusivamente digitais, exigindo suporte documental adicional para comprovação da obrigação. Dessa forma, os princípios clássicos estão sendo tensionados e exigem interpretação evolutiva que harmonize segurança jurídica e inovação tecnológica.

#### Conclusão

A digitalização dos títulos de crédito representa uma evolução necessária para acompanhar as transformações nas relações comerciais. No entanto, essa transição impõe desafios significativos à aplicação dos princípios clássicos que regem esses instrumentos. A análise realizada, com base na obra de Tarcísio Teixeira, evidencia a necessidade de reinterpretação e adaptação normativa e tecnológica para garantir a eficácia e a segurança jurídica dos títulos de crédito no ambiente digital. É fundamental que o ordenamento jurídico acompanhe essas mudanças, promovendo a atualização das legislações e a implementação de tecnologias que assegurem a confiabilidade dos títulos digitais.

#### Referências

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Digital e Processo Eletrônico. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

TEIXEIRA, Tarcísio. A duplicata virtual e o boleto bancário – efeitos da informática sobre os títulos de crédito. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, n. 109, p. 329-345, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/89237. Acesso em: 6 maio 2025.

RIBEIRO, César Oliveira. Títulos de crédito virtuais: existência e validade. Jus Navigandi, 27 abr. 2018. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/63372/titulos-de-credito-virtuais-existencia-e-validade. Acesso em: 6 maio 2025.